

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Atos do Prefeito

DECRETO Nº 10077/2007

Regulamenta o funcionamento da Controladoria Geral do Município, criada pela Lei nº 2376, de 31 de julho de 2006, institui o Sistema de Controle Interno do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 2376, de 31 de julho de 2006,

DECRETA:

Art. 1º - A Controladoria Geral do Município – CGM, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal e doravante denominada “Controladoria”, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Município – SCI, cuja finalidade precípua é:

- a) salvaguardar o patrimônio físico e financeiro da Prefeitura;
- b) desenvolver a eficiência nas operações;
- c) verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, financeiros e operacionais;
- d) verificar o cumprimento das leis e normas internas, bem como das orientações dos órgãos governamentais de controle.

§ 1º - O controle interno deverá ser exercido por todos os órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, constituindo em seu conjunto o SCI.

§ 2º - O SCI será tecnicamente orientado, coordenado e supervisionado pela Controladoria, cujas atribuições estão definidas neste Decreto.

§ 3º - Cada Secretaria Municipal, ou equivalente, e cada entidade da administração indireta, autárquica ou fundacional, deverá designar um servidor para assumir a responsabilidade pelo Controle Interno em sua área de atuação, o qual deverá reportar-se diretamente à Controladoria, sem prejuízo dos controles orçamentários e financeiros exercidos pela Secretaria Municipal de Fazenda em relação aos órgãos da administração direta.

§ 4º - No âmbito do Poder Executivo, nenhum documento ou informação poderá ser negada à Controladoria, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 2º - São atribuições da Controladoria:

I – estabelecidas nos artigos 4º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 2376/2006:

- a) verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, mediante a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e do orçamento anual do Município;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município, bem como da aplicação de recursos públicos repassados a entidades privadas;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

- d) examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, inclusive as notas explicativas e relatórios, de órgãos e entidades da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município;
- e) examinar as prestações de contas dos agentes da administração municipal, direta, indireta, autárquica e fundacional, responsáveis por bens e valores pertencentes ou sob a guarda da Fazenda Municipal;
- f) examinar as fases de execução da despesa, verificando, inclusive, a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade;
- g) examinar a execução da receita, bem como as operações de créditos;
- h) examinar os “créditos adicionais”, os “restos a pagar” e as “despesas de exercícios anteriores”;
- i) acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de convênios, examinando as despesas correspondentes e respectivas prestações de contas e fiscalizar os atos de que resultem receita e/ou despesa;
- j) apoiar o controle externo, no exercício de sua missão constitucional;
- k) organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a programação de auditoria contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob o seu controle, enviando àquele Tribunal os respectivos relatórios, na forma estabelecida pela legislação;
- l) realizar auditorias nas contas de gestão dos responsáveis por bens e valores, emitindo relatórios, pareceres e certificados de auditoria.

II – derivadas do art. 59 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e não incluídas no inciso I, segundo o qual compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar com ênfase:

- a) os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em “restos a pagar”;
- b) o limite da despesa total com pessoal;
- c) os limites das dívidas consolidada e mobiliária;
- d) a destinação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- e) o limite de gasto total do Poder Legislativo;

III – derivadas de outros dispositivos importantes da Lei de Responsabilidade Fiscal a serem observados, inclusive os relacionados com o último ano de mandato do Prefeito Municipal:

- a) verificar a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira para cumprir metas fiscais (Art. 9º);
- b) verificar a previsão e arrecadação de todos os tributos de competência municipal (Art. 11).
- c) verificar o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação (Art. 13);
- d) verificar a observação das regras para “renúncia de receita”, se houver (Art. 14);
- e) verificar observação das regras sobre contratação de “Despesa Obrigatória de Caráter Continuado”, se houver, segundo as quais a despesa assim criada ou

aumentada não pode afetar as metas de resultados fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 17);

- f) verificar se a repartição das despesas com pessoal entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo está de acordo com os limites globais estabelecidos (Art. 20);
- g) verificar a observação das regras sobre destinação de recursos públicos para o setor privado, se houver (Arts. 26, 27 e 28);
- h) verificar a ocorrência de operações de crédito por “Antecipação de Receita Orçamentária” no último ano de mandato (Art. 38);
- i) verificar a observação das regras relacionadas com despesas contraídas nos 02(dois) últimos quadrimestres do mandato (Art. 42).

IV – derivadas de preceitos constitucionais relacionados com a gestão fiscal, não incluídos nos incisos I, II e III:

- a) fiscalizar o limite mínimo a ser observado na aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento de ensino, inclusive quanto aos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB (EC: 53/2006);
- b) fiscalizar o limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde (EC: 29/2000).

Art. 3º - Compete privativamente ao Controlador Geral:

- a) representar externamente a Controladoria;
- b) administrar as unidades da estrutura organizacional da Controladoria;
- c) prestar assessoramento ao Prefeito do Município em assuntos de sua competência;
- d) baixar normas e instruções definidoras de responsabilidades pelas tarefas, rotinas de trabalho e procedimentos para revisão, aprovação e registro das operações realizadas, a serem observadas pelos órgãos que lhe são subordinados;
- e) propor normas sobre métodos e medidas que visem à salvaguarda dos ativos da Prefeitura, ao desenvolvimento da eficiência em suas operações e à gestão das políticas executivas prescritas, a serem observadas por todos os órgãos da administração direta, entidades e fundos;
- f) programar as auditorias solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e por iniciativa do Prefeito Municipal;
- g) submeter à aprovação do Prefeito Municipal os planos de auditoria propostos pela Controladoria;
- h) proporcionar as condições necessárias ao exercício do controle externo no âmbito do Poder Executivo;
- i) aprovar e encaminhar ao Prefeito Municipal, e a outras autoridades municipais, relatórios periódicos e/ou especiais de gestão fiscal produzidos pela Controladoria.

Art. 4º - Os órgãos e as entidades da administração pública municipal deverão encaminhar à Controladoria, para posterior análise dos aspectos orçamentários e financeiros pelo Comitê a que se refere o art. 5º deste Decreto, no prazo abaixo estabelecido para cada caso:

DOCUMENTO	PRAZO
Projetos de lei referentes a Plano	Até o 20º dia útil anterior à data –

Plurianual – PPA, a Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Orçamento Anual - LOA.	limite para a respectiva entrega à Câmara de Vereadores do Município.
Propostas de abertura de créditos adicionais de qualquer natureza (suplementares, especiais e extraordinários).	Até o 3º dia útil anterior à data de realização da reunião semanal do CAPROF, a que se refere o art. 5º.
Cópia de editais de licitação.	Até o 5º dia útil anterior à data prevista para a divulgação do certame licitatório.
Cópia de termos de contratos administrativos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres.	Até o 5º dia útil após as respectivas assinaturas por ambas as partes.
Informações mensais detalhadas sobre a execução e controle orçamentário, financeiro e patrimonial (balancetes e informações SIGFIS/módulo LRF).	Até o 10º dia do mês subsequente ao de competência do balancete.

Art. 5º - Fica criado o Comitê de Análise da Programação e Revisão Orçamentária e Financeira – CAPROF, composto pelos titulares da Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Executiva e de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração e Controladoria Geral do Município, sob a coordenação desta.

§ 1º - O CAPROF fará a análise final conjunta dos projetos de lei referentes ao PPA, à LDO e à LOA, bem como das propostas de abertura de crédito especial de qualquer natureza, em reuniões de periodicidade semanal.

§ 2º - Compete ainda ao CAPROF deliberar sobre as cotas orçamentárias e financeiras a serem utilizadas pelos órgãos, entidades e fundos, bem como os processos para autorização de despesas, observado o cronograma anual de desembolso mensal fixado em decreto do Poder Executivo.

§ 3º - Nenhum dos documentos mencionados no § 1º deste artigo poderá ser submetido à aprovação do Prefeito Municipal sem prévia análise e manifestação do CAPROF.

§ 4º - O CAPROF realizará também uma reunião mensal especialmente para análise da receita e da despesa, e acompanhamento das metas previstas na LDO e no PPA, com vistas à apresentação de relatório ao Prefeito Municipal.

Art. 6º - A Controladoria, no prazo máximo de 60(sessenta) dias contados da publicação deste Decreto, emitirá portaria definindo as atividades a serem executadas individualmente pelos órgãos de sua estrutura organizacional e pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 27 de março de 2007.

Godofredo Pinto - Prefeito

Portarias

Considera nomeado, a contar de 01.03.07, Ricardo Margem Junior para o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva e de Planejamento, em vaga decorrente da exoneração de João Batista da Silva Porto Junior (Portaria nº 530/2007).

Nomeia Ana Cristina de Souza Faria para o cargo de Assistente A, CC-2, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, em vaga decorrente da exoneração de Miguel Rodrigues Sobrinho (Port. nº 531/2007).

Nomeia José Roque Coimbra Dias para o cargo de Assistente A, CC-2, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ci-

ência e Tecnologia, em vaga decorrente da exoneração de Jimmy Jaegge Sereno (Port. n° 532/2007).

Nomeia Alda Araújo de Azeredo Coutinho para o cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, em vaga decorrente da exoneração de Renilda da Silva Mello (Port. n° 533/2007).

Torna insubsistente a Portaria n° 254/2007, publicada em 03/02/2007 (Port. n° 534/2007).

Considera nomeada, a contar de 01/02/2007, Bárbara Souza dos Santos para o cargo de Assistente C, CC-4, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga decorrente da exoneração de Marinete Oliveira Bragança (Port. n° 535/2007).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho do Secretário

Proc. 20/5257/2006 – Autorizo a prorrogação da Ordem de Execução de Serviço n° 22/2006, em favor da Editora o Dia S/A, no valor de R\$ 513,00, para renovação de assinatura do jornal O Dia, com base no inciso II do artigo 57, da Lei n° 8666/93.

Cancelamento da AFGMN – Deferido
20/1068/2007 – Eduardo dos Santos Ignácio

Pagamento do 13° salário proporcional – Deferido
20/0557/2007 – Clauber Oliveira Almeida

Abono refeição – Deferido
20/1184/2007 – Patrícia Varandas Vargas de Faria

Departamento de Recursos Humanos

Despachos da Diretora

Adicional – Deferido
20/0848/2007 – Agrinaldo Antunes
20/0845/2007 – Nilson Silveira Rosa
20/2744/2006 – Ronaldo da Rocha Guimarães

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Núcleo de Processamento Fiscal

30/6737/07 – Int. 7681 – Condomínio do Edifício Central – Recusou-se a receber e/ou assinar.

30/6371/07 – A.I. 4022 – Publicidade Sarmiento Rio de Janeiro S/A., Int. 6755 – Verônica Debillan Acreta; 30/6490/07 – A.I. 4591 – Companhia Federal de Imóveis e Construção – Int. 6754 – O Proprietário; Ints. 6671, 6672 – Dea Philigret de Oliveira Baptista; Int. 7900 – Moacy Pontes Marinho da Silva – ARs devolvidos pelo Correio

Superintendência de Fiscalização Tributária

Despacho do Superintendente

30/62197/06 – A.M.J. Materiais Elétricos Ltda/ME – Julgado improcedente a impugnação, mantendo o Auto de Infração.

Junta de Recursos Fiscais

30/60501/05 – Neotin Neonatal Terapia Intensiva Ltda. – Negado provimento ao recurso voluntário, mantendo o Auto de Infração.

30/62048/03 – Vital Fill Comércio Importação e Exportação Ltda. – Negado provimento ao recurso de ofício, cancelando o Auto de Infração, com nova ação fiscal.

30/61022/05 – Vital Fill Comércio Importação e Exportação Ltda.; 30/62057, 62302, 62303, 62304, 62305/06 –

COBRASEG Corretora de Seguros Ltda. – Dado provimento

aos recursos voluntário, cancelando os Autos de Infração, com a realização de nova ação fiscal.

Fiscalização de Posturas

Despacho do Diretor

30/64816, 64812, 64814/06 – GAFISA S/A. – Julgado procedente as impugnações, cancelando os Autos de Infração.

30/65076/06 – Casa Bahia Comercial Ltda. – Retificado o sujeito passivo para: Brinks Epago Tecnologia Ltda.

30/63092/07 – Wagner Vidal dos Santos – Retificado o polo passivo para: Silésio Pinheiro Rosa.

Termo de Busca e Apreensão nº 006/2007

Proc. nº 30/17172/06

Nome/Razão Social – Bar do Bigode – Av. Hermes da Mata Barcelos nº 555 – Piratininga – Niterói RJ (ao lado do late Clube Piratininga); Procs. nºs 200/3003/2006, 200/15327/2005 e 30/17172/2006; Motivo: Funcionar sem autorização da Prefeitura Municipal de Niterói, relativa a atividade de Bar – Int. 5335, de 14.09.2006. Processo 30/17172/2006. Busca e Apreensão efetuada para garantir embargo, aplicado, nos termos da Procuradoria Municipal constante das fls. 30 e 31 do processo 200/003003/2006, de 01.02.2007. Termo de Apreensão nº 05135/2007.

Termo de Busca e Apreensão – Nº 007/2007

Proc. nº 480/001/2006

Nome/Razão Social – Bar da Esquina – Alameda São Boaventura, 705 Loja 03, Fonseca, Niterói RJ.; Procs nºs 480/001/2006 e 250/673/2006; Motivo: Funcionar sem autorização da Prefeitura Municipal de Niterói, relativa a atividade de Bar – Int.1440, de 06.01.2006. Busca e Apreensão efetuada para garantir embargo, aplicado nos termos da Procuradoria Municipal constante das fls. 24 e 25 do processo 480/0001/2006, de 02.01.2006. Termo de Apreensão nº 5137/2007

Termo de Busca e Apreensão Nº 008/2007

Proc. nº 30/17448/06

Nome/Razão Social – Bar do Claudio – Estrada Washington Luis s/nº, It. 06, Sape, Niterói, RJ. Proc. 30/17448/2006; Edital de Embargo nº 46/2006, data: 05.01.2007; Motivo: Funcionar sem autorização da Prefeitura Municipal de Niterói, relativa a atividade de Bar – Int. 4131, de 27.11.2006. Busca e apreensão efetuada para garantir embargo, aplicado, nos termos da Procuradoria Municipal constante das fls. 16 e 17 do Proc nº 30/17448/2006, de 06.02.2007. Termo de Apreensão nº 5134/2007.

Corrigenda

Na publicação do dia 22/3/2007, onde se lê: Fiscalização de Posturas – proc. 30/64732/06 – Condomínio do Edifício Célia, leia-se: 30/64732/06 – Sign Propaganda S/A.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS

Despachos do Secretário

Doações as seguintes instituições:

Obras Sociais de N. Sra. do Sagrado Coração. CNPJ 29134642/0001-83. Termo de Apreensão/TReMe: 4994/1842; 4995/1843 em 16 de março de 2007; 5021/1868; 5030/1871; 5031/1878; 5029/1876; 5056/1903; 5057/1904; 5058/1905; 5059/1906; 5060/1907; 5061/1908; 5062/1909 em 20 de março de 2007.

FENASE – Fundação Evangélica de Assistência Social El-Shadai. CNPJ 02835722/0001-91. Termo de Apreensão/TReMe: 4926/1772; 4927/1773; 4928/1776; 4931/1777; 4936/1782; 4943/1789 em 16 de março de 2007.

Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor. CNPJ 06066462/0001-98. Termo de Apreensão/TReMe: 4932/1778; 4933/1779; 4934/1780; 4938/1784; 4941/1787; 4942/1788; 4944/1790; 4945/1791; 4947/1793; 4949/1795 em 16 de março de 2007.

Paróquia N. Sra. da Conceição. Termo de Apreensão/TReMe: 4980/1827; 4983/1828; 4984/1829; 4990/1836 em 15 de março de 2007.

Centro de Assistência às Famílias Carentes. CNPJ 06066462/0001-98. Termo de Apreensão/TReMe: 4910/1756; 4892/1738; 4877/1722; 4876/1717; 4840/1687; 4837/1683; 4821/1667; 3113/3898 em 20 de março de 2007.

AHSAS- Ação de Direitos Humanos e Sociais. CNPJ 06066462/0001-98. Termo de Apreensão/TReMe: 4907/1753; 4902/1748; 4884/1791; 4884/1731; 4882/1728; 4879/1725; 4848/1690; 4845/1699; 4839/1688; 4833/1679; 4816/1662; 4830/1676 em 20 de março de 2007.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Demitir, a contar de 01/04/2006, com fulcro no artigo 207, inciso VI combinado com o artigo 201, inciso VI, da Lei nº 531/85 de 18 de janeiro de 1985, **Carmen Lucia Monnerat Côrtes de Gregório**, cargo de Médico Generalista, do Qd.Permanente, matrícula nº 433.183-1, referente ao processo administrativo disciplinar nº 200/8681/2006, datado de 22/05/2006. **(Port.FMS/FGA nº 44/2007)**.

Extrato nº 12/2007; Instrumento: Termo de Ajuste nº 01/2007; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda; Objeto: Pagamento de Despesas referente aos Serviços de Limpeza, Higienização, Desinfecção Hospitalar e Serviços Diversos ; Valor Total: R\$ 2.676.073,97 (Dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setenta e três reais e noventa e sete centavos) ; Assinatura: 08 de março de 2007.

Coordenadoria de Recursos Humanos

Adicional Tempo de Serviço (Deferido)

200/3038/2007- Tathiana Souza Martins

200/3033/2007- Cristine Delgado Correa Dias

200/3614/2007- Moyses Teodoro Correia

Auxílio Alimentação (indeferido)

200/4110/2007- Genaldo Maquinez da Costa

Auxílio Gestação (Deferido)

200/4025/2007- Ana Paula Rosa de Oliveira

Licença Prêmio (Deferido)

200/4005/2007- Umberto Fonseca de Assis-01 (um) mês, de 07/05/2007 a 05/06/2007. **(Port.71/2007)**.

200/14079/2005- Olimpio dos Santos-03 (três) meses, de 14/05/2007 a 11/08/2007. **(Port.72/2007)**.

200/1128/2007- Evany Pereira Matias –03 (três) meses, de 01/05/2007 a 29/07/2007. **(Port.73/2007)**.

200/0461/2007- Ezio da Silva Santos- 01 (um) mês, de 01/07/2007 a 30/07/2007. **(Port.74/2007)**.

200/16952/2006-Guilherme Pereira Dames- 01 (um) mês, de 01/05/2007 a 30/05/2007. **(Port.75/2007).**

200/2673/2007- Nancy Carvalho Silva- 01 (um) mês, de 01/05/2007 a 30/05/2007. **(Port.76/2007).**

200/1324/2007- Maria Gorete Gomes da Silva- 01 (um) mês, de 04/07/2007 a 02/08/2007. **(Port.77/2007).**

200/2185/2007- Paulo Roberto Bevitori Neves- 03 (três) meses, de 01/06/2007 a 29/08/2007. **(Port.78/2007).**

200/12547/2006- Kátia Martins de Carvalho- 01(um) mês, de 04/05/2007 a 02/06/2007. **(Port.79/2007).**

Licença Prêmio (Indeferido)

200/59752002- Flávia de Andrade Guimarães

Corrigenda:

Na publicação do dia 23/03/2007 do Processo 200/03033/2007, referente ao Adicional de Tempo de Serviço, onde se lê: Cristiane Delgado Correa Dias; **leia-se: Cristine Delgado Correa Dias**

Na **Portaria nº 025/2005**, publicada em 28/01/2005, referente ao Processo 200/6415/2003-1º Q. da servidora Cristiane Freitas Silva Santos, matrícula 433.750-7, Técnica em Enfermagem, onde se lê: do período de 09/07/1996 a 07/07/2001; **leia-se: do período de 08/07/1996 a 07/07/2001.**

Na **Portaria nº 715/1993**, publicada em 03/12/1993, referente ao Processo FMS/03547/1993-1º Q. da Licença Especial do servidor José Luiz Santos da Silva, matrícula 230.048-1, onde se lê: referente ao período de 13.05.88 a 30.05.93; **leia-se: referente ao período de 12.05.88 a 28.05.93 .**

Na **Portaria nº 132/2001**, publicada em 28/08/2001, referente ao Processo 200/08647/1997-1º Q. da Licença Especial da servidora Lucy Faria de Souza, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 432.628-6, onde se lê: do período de 13/10/92 a 13/10/97; **leia-se: do período de 09/10/92 a 12/10/97.**

Na **Portaria nº 233/2003**, publicada em 12/09/2003, referente ao Processo 200/11271/2002-2º Q. da Licença Especial da servidora Lucy Faria de Souza, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 432.628-6, onde se lê: do período 13/10/1992 a 12/10/2002; **leia-se: do período 09/10/1992 a 12/10/2002 .**

Na **Portaria nº 122/2005**, publicada em 04/06/2005, referente ao Processo 200/4476/2004-2º Q. da Licença Especial da servidora Lucy Faria de Souza, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 432.628-6, onde se lê: do período 13/10/1992 a 12/10/2002; **leia-se: do período 09/10/1992 a 12/10/2002 .**

Os abaixo mencionados, após Autuação, deixaram de receber e/ou assinar os Autos. Ano 2007

Casa Divina Providência ; Rua Tavares de Macedo nº 155 - Icaraí - Niterói Rj ; Deixou de Receber o Auto de Multa nº 2156 Datado 16 de Junho 2005 .

Laerte Rodriques Moreira ; Rua 77 - Quadra 93 - Lote 07 - Jardim Faz Terra Brás - Eng. do Mato – Niterói Rj; Deixou De Receber O Auto de Multa nº 0626 Datado 22 de Janeiro 2007.

Flavio Spangenberg Tarre ; Av. Jornalista Alberto F. Torres 331 - Icaraí - Niterói Rj Deixou de Receber O Auto de Multa nº 0627 Datado de 15 de Janeiro 2007.

Casa de Repouso Alto Astral Ltda; Estrada da Viração nº 143 - São Francisco - Niterói - Rj ; Deixou de Receber O Auto de Multa nº 0628 Datado de 26 de Dezembro de 2006.

Ultreva Bar e Cantina Ltda ; Rua Gavião Peixoto nº 381 - Loja 103 - Icaraí - Niterói Rj ; Deixou de Receber O Auto de Multa Nº 2162 Datado de 12 de Dezembro de 2006.

Regina Considera Peixoto ; Rua Oswaldo Cruz 52 / 901 Icaraí - Niterói Rj ; Deixou De Receber O Termo de Advertência .

Academia Coconut Ltda-Me ; Rua Belizario Augusto 52 Icaraí - Niterói Rj ; Deixou De Receber O Auto de Multa nº 2125 Datado de 01 de Setembro de 2006.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação
Atos do Presidente

Aviso Referente ao Pregão nº 011/2007

O Pregão supra, que tem por objeto a aquisição de material permanente de cozinha, devidamente autorizado nos autos do processo administrativo nº 210/583/07, ficará suspenso “sine die”.

Aviso Referente ao Pregão nº 015/2007

No item C.5 do Edital do Pregão supra, onde se lê: comprovar que possui em seus quadros pelo menos um funcionário com formação em programação visual; leia-se: comprovar que possui em seus quadros pelo menos um profissional com formação em programação visual e um com formação e/ou especialização em gerenciamento de projetos. A CPI informa, ainda, que o Pregão nº 015/2007 irá se realizar no dia 29/03/07, às 13:30h.

Aviso Referente Ao Pregão N.º 016/2007

Os itens que compõem o Pregão supra, devem possuir no mínimo três meses de garantia.

EDITAL – 40ª CONVOCAÇÃO

O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, **Convoca**, por ordem de classificação, os candidatos aprovados e classificados no **III Concurso Público da FME**, para o cargo de: **Professor I** conforme desdobramento identificado neste **Edital**, na forma da Legislação vigente.

PROFESSOR I

NOME	Nº DE PONT.	CLASSIF.
MONICA CURCIO DE SOUZA TOSTES	66,00	683º
ROSANE DA SILVA MACEDO DE MENEZES	66,00	684º
SIMONE MOTA DOS SANTOS CAROLO	66,00	685º
ADRIANA VIEIRA DE SOUZA	66,00	686º
MICHELLE DAHER VIEIRA	66,00	687º
AUREA LUCIA RIBEIRO PIMENTEL DO VABO	66,00	688º
LIANA MELO RIBEIRO	66,00	689º

01 - Do comparecimento para apresentação de documentos:

01.1 - Da apresentação e escolha de vagas:

Data 02 de abril de 2007; Horário - 10:00 horas; Local – FME, Rua Visconde de Uruguai n.º 414, Centro - Niterói – RJ

01.2 - Na data de apresentação à FME, o convocado receberá guia de encaminhamento para exame de saúde, a ser realizado no Órgão competente do Município e deverá apresentar **fotocópia e original** dos documentos abaixo relacionados, relativos ao cargo:

Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se já for cadastrado;Cartão de identificação do Contribuinte – Pessoa Física – CPF;Cédula de Identidade;Título de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;Estar

em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino; Comprovante Escolar devidamente registrado, de acordo com os requisitos do cargo para qual foi inscrito, não sendo permitida declarações, históricos, certidões ou protocolos; Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal relativa ao último exercício fiscal; Comprovante de residência

02.1 – O convocado participará da escolha de vagas, com obediência à ordem classificatória e deverá apresentar o comprovante de habilitação no exame de saúde ao qual foi submetido pelo Órgão Médico Municipal de Niterói.

02.2 – O candidato que não comparecer no horário estabelecido neste edital só procederá a escolha após o período, nas vagas restantes.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN**

Despacho da Presidente

Proc.220/0217/07, considera “FRACASSADA” a licitação do Convite nº 001/07 do dia 14/03/07. Conforme §. 7º do Art. 22 da lei 8.666/93,

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E
SANEAMENTO – EMUSA**

Atos do Presidente

Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **Convite/Cose nº 007/2007**, que visa a execução das Obras e/ou serviços de **Elaboração de Projetos de Iluminação para Execução de Obras – Módulos de Cinema – Centro Petrobrás de Cinema**, nesta Cidade de Niterói, adjudicando os serviços a empresa **Peter Gasper Associados Ltda. – CNPJ.: 28.021.194/0001-20**, pelo valor global de R\$ 29.514,25, nas condições dos serviços e pagamentos, conforme Edital, Autorizando a Despesa e a Emissão da Respectiva Nota de Empenho. Proc. nº 510/3454/06. Em, 16 de março de 2007.

PORT. Nº 194/07 – Designar a contar de 01/03/07, Pedro Justo do Nascimento Filho, para exercer a função de Chefe do Setor de Mapeamento, da Diretoria de Operações, em vaga decorrente da dispensa de Juliana Vasconcellos Baptista.

ORDEM DE INÍCIO

Concorrência Pública Nº. 001/06 – Ordem de Início a partir de 12/03/2007, à firma **Vetorial Serviços Técnicos Ltda.**, com término previsto para 07/11/2007. Proc.nº. 9516/05.

Convite/Cose Nº. 002/07 – Ordem de Início a partir de 26/03/2007, à firma **R.C Vieira Engenharia Ltda.**, com término previsto para 23/07/2007. Proc.nº. 510/305/07.

O Diário Oficial aqui publicado é meramente informativo . A condição de documento oficial deve ser considerada apenas pela versão publicada no jornal O Fluminense.